



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

O vereador **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

**PROJETO DE LEI Nº 214/2018**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**Art. 1º** O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

**Art. 3º** Visando à implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na legislação orçamentária do Município, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 4º** Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organismos estaduais ou federais para a consecução dos fins visados por esta Lei.

**Art. 5º** A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 21 de dezembro de 2018.

  
**Carlinho Antonio Polazzo**  
Vereador – PROS



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-21-Dez-2018-16:39-034350-1/1



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## JUSTIFICATIVA

A presente matéria visa democratizar o atendimento nas repartições públicas municipais onde houver atendimento ao público, além de modernizar e dar maior profissionalismo ao serviço público.

Muitas pessoas reclamam com alegação de que algumas pessoas são atendidas na frente de outras e com a implantação do sistema de senhas eletrônicas, tal situação não ocorrerá uma vez que a forma de chamada fica mais transparente e visível.

Visando proporcionar maior lisura e transparência no serviço público, notadamente nos atendimentos aos cidadãos, solicitamos apoio dos nobres pares para aprovação da presente matéria.

Pato Branco, 21 dezembro de 2018.

  
**Carlinho Antonio Polazzo**  
**Vereador – PROS**





*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 214/2018.**

Pato Branco, 04/02/2019.

  
**Joecir Bernardi - SD**  
**Presidente**

*recebido em 06/02/2019*

*Recebido*



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



Excelentíssimo Senhor  
**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco – Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 216/2019

Requer manifestação do Executivo Municipal acerca  
do Projeto de Lei nº. 214/2018.

O Vereador Rodrigo José Correia – PSC no uso de suas atribuições legais e regimentais requer seja oficiado ao Executivo Municipal para que através do seu departamento competente se manifeste acerca do Projeto de Lei nº. 214/2018 o qual Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

A referida manifestação é de suma importância para que este Vereador/relator da matéria possa exarar o referido parecer.

Nestes termos, pede deferimento.  
Pato Branco, 07 de fevereiro de 2019.

*Rodrigo Correia*  
**Rodrigo José Correia**  
Vereador – PSC







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



Excelentíssimo Senhor

**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco – Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1136/2019



Reitera pedido para que seja oficiado ao Executivo Municipal para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 214/2018, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

O Vereador Rodrigo José Correia – PSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reiterando pedido, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando ao departamento competente, para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 214/2018, de autoria do vereador Carlinho Antonio Polazzo – PROS, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Tal manifestação é de suma importância para que este vereador possa analisar a matéria e posteriormente exarar o referido parecer.

Neste termo, pede deferimento.  
Pato Branco, 13 de maio de 2019.

*Rodrigo Correia*  
Rodrigo José Correia  
Vereador – PSC





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - PSC

P. 22/10/18

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº. 214/2018**

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** relator nomeado para exarar parecer ao Projeto de Lei nº. 214/2018, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público, requer parecer jurídico do mesmo, para que posteriormente possa, juntamente com os demais membros da Comissão de Justiça e Redação exarar o parecer da matéria.

Pato Branco 22 de outubro de 2019.

*Rodrigo Correia*  
Rodrigo José Correia  
Vereador – PSC



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1534



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorrodriigo@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorrodriigo@patobranco.pr.leg.br)



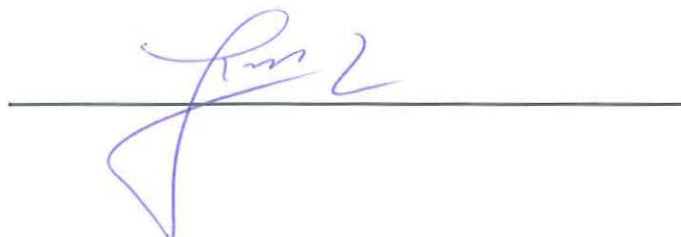


CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de** lei nº 214 / 2018

Pato Branco, 22/10/2019







**Projeto de Lei Ordinária nº 214/2018**

**Autoria:** Carlinho Antonio Polazzo (DEM)

**PARECER JURÍDICO**

O insigne vereador Carlinho Antonio Polazzo (DEM) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por objetivo tornar obrigatória a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento, nos órgãos da administração pública municipal, onde houver atendimento ao público.

Fundamenta em sua justificativa que matéria visa democratizar o atendimento nas repartições públicas municipais onde houver atendimento ao público, além de modernizar e dar maior profissionalismo ao serviço público.

É o conciso resumo. Passa-se à análise jurídica e de mérito da proposição.

Preambularmente, esclarecemos que vários projetos estão com a situação atual "Procuradoria Jurídica", conforme consulta feita no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <https://sapl.patobranco.pr.leg.br>.

Sem que se tenha a intenção de se fazer mea-culpa – até porque sempre assumimos responsabilidade nesta Casa de Leis – o fato é que a quantidade de proposições legislativas nesta legislatura realmente superou a média histórica, fruto, certamente, da capacitação qualitativa dos nobres vereadores e de alguns de seus assessores.

É fato – e deveria ser de conhecimento de todos – que as atribuições da Procuradoria e Assessoria Jurídicas da Casa são amplas, e envolvem desde questões eminentemente técnicas até assuntos estritamente políticos, que demandam, obviamente, tempo de discussão e análise no interesse EXCLUSIVO da Instituição, Instituição esta que, aliás, sempre teve um bom conceito perante a sociedade, fruto do trabalho político de seus vereadores (que são a razão da existência do Poder Legislativo Municipal) quanto do trabalho técnico e profissional do excelente e competente quadro de servidores.

Além deste período periclitante da pandemia – que por vezes tivemos que ficar em casa – esta Legislatura foi marcada, ainda, por um desgastante e complexo processo de perda de mandato de um vereador, o que consumiu, sem



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br>







sombra de dúvida, um longo e custoso trabalho por parte da Procuradoria e Assessoria Jurídicas, além das Mesas Diretoras que conduziram o imbróglio.

Vários são os motivos pelo qual algumas proposições legislativas ainda estão sob análise da Procuradoria e Assessoria Jurídicas da Casa. É bom ressaltar que algumas propostas foram objetos de conversas informais com alguns Edis, no sentido de melhor análise e confecção dos projetos, sempre, diga-se de passagem, com a clara intenção de proteção da Instituição e, por conseguinte, na preservação da imagem de TODOS!

Feito este apanhado inicial um pouco extenso, porém necessário, passamos à análise jurídica da proposta.

Propor a instalação de um sistema que garanta o respeito nas filas de espera por atendimento nos órgãos da administração pública, pode ser encarada como matéria de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal<sup>1</sup>.

Nesta linha, ensina Alexandre de Moraes que *"Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)"*<sup>2</sup>.

E ainda, o mesmo jurista leciona que *"As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)"*.

Ademais, aparentemente o projeto de lei em análise não esbarra nas matérias previstas no art. 32, §2º, III, da Lei Orgânica Municipal, as quais são de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Não podemos deixar de observar que a execução do projeto de lei certamente acarretará gastos ao Executivo Municipal, uma vez que são vários os

<sup>1</sup>Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

<sup>22</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional**. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.





órgãos da Administração Pública que prestam atendimento ao público e que precisarão providenciar sistema eletrônico de senhas para atender à população.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal já demonstrou entendimento de que podem os parlamentares apresentarem leis que gerem despesas à Administração Pública, desde que não sejam de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Veja-se:

Recurso Extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual. Lei nº 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo Municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido." (ARE 878911 RG, Relator Min. Gilmar Mendes, julgado em 29/09/2016, Processo Eletrônico Repercussão Geral - Mérito DJE-217 Divulg 10-10-2016 Public 11-10-2016)

O relator da matéria oficiou ao Executivo Municipal no dia 7 de fevereiro de 2019, para que se manifestasse a respeito do projeto de lei, contudo, não obteve resposta. No dia 13 de maio de 2019, o relator reiterou sua solicitação ao Executivo, não obtendo êxito novamente. Na sequência, requereu a manifestação desta Procuradoria Jurídica.

Ou seja, houve duas oportunidades para que a Administração Pública apresentasse à Casa Legislativa possíveis empecilhos para a implementação do projeto de lei, contudo, não o fez.

Deste modo, sem delongas, diante da fundamentação exposta, exaramos parecer favorável à sua normal tramitação regimental.

É o parecer.

Pato Branco, 23 de julho de 2020.

**Luciano Beltrame**  
**Procurador Legislativo**

**José Renato Monteiro do Rosário**  
**Assessor Jurídico**





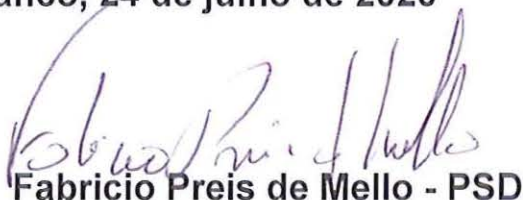


CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 214/2018.**

**Pato Branco, 24 de julho de 2020**



**Fabricio Preis de Mello - PSD**

**Presidente**

**Relator:** Maximiliano Boff Buehadt

**Data:** 21/7/2020



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)







COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 214/2018**

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo- DEM

**Relator:** Marines Boff Gerhardt - PSDB

**Súmula:** Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**RELATORIO**

O projeto acima citado tem o objetivo de discorrer sobre a instalação de sistema de emissão de senhas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**ANÁLISE**

A presente proposta contida neste projeto visa implementar nas repartições públicas municipais com atendimento ao público, o atendimento por senhas.

Aduz o autor que o intuito é democratizar o atendimento, além de modernizar e dar maior profissionalismo ao serviço público já que, é grande o número de reclamações alegando que algumas pessoas são atendidas na frente de outras que já aguardavam a mais tempo o atendimento.

Em fevereiro de 2019 o executivo municipal foi oficiado para que se manifestasse a respeito, sem êxito em maio foi reiterado ofício e mesmo assim não houve resposta.

Diante disto e do parecer jurídico desta casa que cita ser o assunto de interesse local e que a mesma não esbarra nas matérias previstas no art. 32, §2º, III, da Lei Orgânica Municipal, as quais são de iniciativa exclusiva do prefeito, optamos por exarar nosso parecer também favorável a tramitação desta matéria.





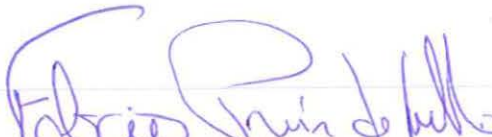
## VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto de Lei, optamos por exarar PARECER FAVORÁVEL, à sua tramitação por esta Casa de Leis.


É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 27 de julho de 2020.

  
**Amiltom Maranoski - PL**  
Membro

  
**Fabricio Preis de Mello - PSD**  
Presidente

  
**Joecir Bernardi - PSD**  
Membro

  
**Marínes Boff Gerhardt - PSDB**  
Membro- Relatora

  
**Rodrigo José Correia - PODEMOS**  
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 214/2018.

Pato Branco, 28 de julho de 2020.



Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD  
Presidente

Relator: Ronalce Moacir Dalchiavan

Data: 30/07/2020



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná  
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)







GABINETE DO VEREADOR RONALCE MOACIR DALCHIAVAN - PSD

**PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



**Matéria:** Projeto de Lei Ordinária nº 214, de 21 de dezembro de 2018.

**Autoria:** vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.

**Súmula:** Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**Relatório e análise**

O projeto de lei em questão, proposto pelo vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, tem como objetivo tornar obrigatória, por parte do Executivo Municipal, a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

Em sua justificativa, alega o proponente que *a presente matéria visa democratizar o atendimento nas repartições públicas municipais onde houver atendimento ao público, além de modernizar e dar maior profissionalismo ao serviço público.*


Após análise do projeto em tela, é possível afirmar que a matéria é com certeza de interesse público, uma vez que, como aduz o próprio autor da propositura, visa garantir maior lisura e transparência no serviço público, especialmente nos atendimentos aos cidadãos.


Por isso, no que diz respeito às atribuições desta Comissão, previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que o projeto apresenta conteúdo pertinente e de interesse público.

**Voto**

Sendo assim, diante do exposto e atendendo ao que preceitua ao artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, concluímos por emitir **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do projeto.

Pato Branco, 5 de agosto de 2020.

  
**Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD**  
Presidente – Relator

  
**Fabrício Reis de Mello - PSD**  
Membro

  
**Claudemir Zanco - PL**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 214/2018.

**Pato Branco, 6 de agosto de 2020.**



**Carlinho Antonio Polazzo - DEM**  
**Presidente**

**Relator:**

*mscni*

**Data:**

*06/08/2020*



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná  
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)







**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 214/2018.**



O Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, propôs o Projeto de Lei nº 214/2018, que tem por objetivo dispor sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Justifica o autor que o Projeto Lei visa democratizar o atendimento nas repartições públicas municipais onde houver atendimento ao público, além de modernizar e dar maior profissionalismo ao serviço público.

Muitas pessoas reclamam com alegação de que algumas pessoas são atendidas na frente de outras e com a implantação do sistema de senhas eletrônicas, tal situação não ocorrerá uma vez que a forma de chamada fica mais transparente e visível.

A proposição está plenamente fundamentada e sendo de interesse público, após a análise optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.  
Pato Branco, 12 de agosto de 2020.

**Carlinho Antonio Polazzo (DEM)**  
Presidente

**José Gilson Feitosa da Silva (PT)**  
Membro

**Vilmar Maccari (PODEMOS)**  
Membro - Relator







**ATA Nº 14/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Aos 5 dias do mês de agosto de 2020, às 14h50, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos seguintes projetos de lei/resolução: **PLO nº 152/2019**, que institui o Estatuto de Segurança Bancária no Município de Pato Branco; **PLO nº 214/2018**, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público; **PLO nº 138/2019**, que dispõe sobre a criação o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC; **PLO nº 63/2019**, que institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco; **PLC nº 7/2020**, que altera dispositivo da Lei Complementar Municipal nº 01, de 17 de dezembro de 1998, que institui o Código Tributário Municipal, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 21, de 7 de novembro de 2007; e **PR nº 6/2019**, que acresce alínea ao inciso II do art. 1º da Resolução nº 8, de 10 de novembro de 2011, que disciplinou as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 5 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD  
Presidente

Fabrício Preis de Mello – PSD  
Membro

Claudemir Zanco - PL  
Membro





**PROJETO DE LEI Nº 214/2018**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**Art. 1º** O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

**Art. 3º** Visando à implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na legislação orçamentária do Município, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 4º** Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organismos estaduais ou federais para a consecução dos fins visados por esta Lei.

**Art. 5º** A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.







MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



Ofício nº 212/2020/GP

Pato Branco, 11 de setembro de 2020.

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2988/2020  
Data: 11/09/2020 - Horário: 16:16  
Administrativo

Senhor Presidente,

Conforme prevê o artigo 47, inciso V da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, nos dirigimos a Vossa Excelência para comunicar o **veto integral** ao Projeto de Lei nº 214/2018, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Encartado ao presente, encaminhamos as razões do veto ao supracitado Projeto de Lei.

Respeitosamente,

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

A Sua Excelência o Senhor  
MOACIR GREGOLIN  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco – PR





**RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº 214/2018**

Através do Projeto de Lei nº 214/2018, de autoria do Vereador Carlinhos Antonio Polazzo, o Legislativo propõe a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**PROJETO DE LEI Nº 214/2018**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

Art. 2º As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

Art. 3º Visando à implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na legislação orçamentária do Município, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organismos estaduais ou federais para a consecução dos fins visados por esta Lei.

Art. 5º A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo -

DEM.

Em que pese à matéria em questão tratar de "assuntos de interesse local", como descreve o artigo 30 da Constituição Federal, posto que, o projeto em análise visa atender interesse local, visualiza-se **a clara existência de vício de iniciativa, o que pode gerar inconstitucionalidade formal da lei**, justamente pela quebra do princípio da tripartição dos poderes.

O tema em questão fere o artigo 32§2º, III e IV da Lei Orgânica do Município, isto é, dispõe sobre a atribuição das Secretarias, a qual, é prerrogativa exclusiva do chefe do poder Executivo.





**Art. 32.** A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado, que a exercerá sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

§ 1º Os projetos de leis, independentemente do conteúdo dos pareceres, serão encaminhados à apreciação do Plenário.

§ 2º São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal leis que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos ou empregos públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;

III - criação, estruturação e **atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Pública;**

**IV - matéria orçamentária.**

O Projeto, dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas em todos os órgãos da administração onde houver atendimento ao público, entende-se na forma ali descrita, que seria em todas as secretarias que demandem atendimento. Entretanto, o projeto não indica quais poderiam ser as fontes de despesas, não indica os recursos orçamentários que suportarão as despesas novas, mesmo porque essa é uma atribuição típica do poder executivo, conforme parecer contábil em anexo, em flagrante violação a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo, visto que, é de competência exclusiva do Chefe do Executivo **Leis que disponham sobre matéria orçamentária, artigo 32§2º, IV da Lei Orgânica do Município.**

É inconstitucional lei de iniciativa do Poder Legislativo que desencadeia aumento de despesas públicas em matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo, bem como é de competência do Chefe do Poder Executivo leis que estruturam ou alterem órgãos ou secretarias da administração pública. Há ausência de prévia dotação orçamentária para o pagamento do benefício instituído pela norma impugnada.

A imposição de instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas demanda um projeto de implantação, dos locais, do orçamento, são medidas eminentemente administrativas, que não demandam legislação específica para implantação. Há no âmbito jurídico um universo enorme de Leis, as quais direcionam os indivíduos e a sociedade, sendo também um controle de constitucionalidade não editar Leis desnecessárias que venham regulamentar atos administrativos, que podem ser realizados com um simples ato do poder executivo, mediante, um processo público de compra de insumos, baseado em um projeto para implantação de sistema de emissão





de senhas eletrônicas.

Assim, há, no Projeto de Lei, **além da violação a Lei Orgânica, também afronta de forma oblíqua a Constituição federal, isto porque o Projeto ofende o Princípio da Tripartição dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal, na medida em que, por iniciativa parlamentar, se pretende impor ao Poder Executivo obrigação que nitidamente caracteriza ato típico de gestão, ocasionando flagrante inconstitucionalidade.**

Quanto a isso, deve-se lembrar que os três poderes, embora harmônicos, são independentes entre si, não cabendo ingerência do Legislativo sobre o Executivo, tampouco deste quanto aquele, inclusive e especialmente em sua função típica, qual seja, legislar. **Além da função legislativa, cabe à essa Casa de Leis fiscalizar os atos do Executivo, mas não praticar ingerência.**

Com isso, o veto é medida que se impõe, em especial para impedir a edição de lei manifestamente nula, violando o princípio do devido e eficiente processo legislativo.

Há, no caso vertente, inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que é de competência exclusiva do Chefe do Executivo, Leis que disponham sobre criação, estruturação e **atribuições das Secretarias** e Órgãos da Administração Pública. Estabelecer obrigatoriedade para emissão de senhas eletrônicas, é claramente invadir a iniciativa do executivo, quando dá atribuições a esta diferente das atribuições legais.

Desse modo, considerando que o projeto de lei trata de matéria de competência privativa do chefe do Executivo, contendo, inclusive, atribuições deste poder, verifica-se o vício de iniciativa.

Importante frisar que o Prefeito em sua qualidade de Chefe do Executivo **poderá exercer o controle de constitucionalidade prévio ou preventivo por meio do Veto, que é forma de discordância, de julgamento ou de oposição formal do Executivo ao projeto aprovado pelo Legislativo, remetido para sanção, é forma de controle preventivo da constitucionalidade.**

O exercício do veto pelo chefe do Executivo, como uma forma de controle preventivo da constitucionalidade, tem caráter acessório e secundário, pois projetos de





MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



leis inconstitucionais podem ser sancionados pelo Prefeito, e o problema continua sem solução. Não pode o Chefe do poder executivo silenciar no momento do veto, dando causa a sanção e vício de iniciativa.

Pelo princípio da simetria, esse dispositivo se aplica a todos os Municípios paranaenses, tendo sua redação, inclusive, reproduzida no artigo 32, §2º, III e IV da Lei Orgânica Municipal, outrora mencionado.

**Tendo em vista, às argumentações expedidas, veta-se integralmente o Projeto de Lei na forma apresentada pelo Sr. Vereador.**

Pato Branco, 10 de setembro de 2020.



**AUGUSTINHO ZUCCHI**

**Prefeito**



## PARECER TÉCNICO Nº 02/2020

Através do presente, encaminhamos parecer técnico contábil sobre projeto de lei Nº 214/2018 que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Em análise ao projeto de Lei podemos verificar a necessidade de dispêndio orçamentário e financeiro para realização das atividades previstas no projeto de lei nº 214/2018, para tanto a previsão orçamentaria do município de Pato Branco, previstas no PPA 2018 a 2021 como a LDO e a LOA para 2020 não prevê dotação orçamentaria para implantação e manutenção dos equipamentos necessários para o funcionamento da emissão de senhas eletrônicas contemplado no orçamento municipal.

Desta forma este Departamento apresenta parecer contrário ao projeto de Lei Nº 214/2018, para instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

É o parecer;

Atenciosamente,

  
Marcelo Giasson  
Diretor do Departamento de Contabilidade

Pato Branco, 10 de setembro de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.**

Rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 214/2018.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:**

**Art. 1º** Fica rejeitado o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 214/2018, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aos 14 de outubro de 2020.

**Moacir Gregolin**  
Presidente



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



**Ofício nº 668/2020-DL**

**Pato Branco, 14 de outubro de 2020.**

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia do **Decreto Legislativo nº 4, de 14 de outubro de 2020**, que rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 214/2018, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

Atenciosamente.

  
**Moacir Gregolin**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Augustinho Zucchi**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

---



**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**  
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.**

Rejeita o Veto Integral ao Projeto de Lei nº  
214/2018.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:**

**Art. 1º** Fica rejeitado o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 214/2018, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco,  
Estado do Paraná, aos 14 de outubro de 2020.

**MOACIR GREGOLIN**  
Presidente

**Publicado por:**  
Eliana Scariot Amorim  
**Código Identificador:**F0E0B42B

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 15/10/2020. Edição 2117

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



## PUBLICAÇÕES LEGAIS

**Câmara Municipal de Chopinzinho**  
CNPJ 17.774.511/0001-95

e-mail: [camara@chopinzinho.pr.br](mailto:camara@chopinzinho.pr.br) - site: [www.camara@chopinzinho.pr.br](http://www.camara@chopinzinho.pr.br)  
Rua Doga Antão, nº 473 - Centro - Chopinzinho - Paraná do Brasil  
Fone: (41) 3243-1616/1427  
85565-000 Chopinzinho Paraná

**CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Extrato da Câmara nº 015-2010**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO. **CONTRATADA:** GENGE E CIA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. **VALOR TOTAL:** R\$ 772,65. **ORÇEM:** Despesa de Liquidação nº 011/2010. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, II, do Lei nº 6.609/93. **DATA DA ASSINATURA:** 24/02/2010. **ASSINADO:** Rogério Pereira dos Santos, pela Câmara, e Hermes Carlos Clement, pela empresa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Extrato da Câmara nº 015-2010**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO. **CONTRATADA:** GUERRO E PAGNASTSKI. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. **VALOR TOTAL:** R\$ 1.179,08. **ORÇEM:** Despesa de Liquidação nº 011/2010. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, II, do Lei nº 6.609/93. **DATA DA ASSINATURA:** 04/10/2010. **ASSINADO:** Rogério Pereira dos Santos, pela Câmara, e Dácio Pagnastski, pela empresa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Extrato da Câmara nº 12472323

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO. CONTRATADO: VALSEN E WILSEN LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, higiene, copa e cozinha. VALOR: R\$ 325.75. CONSUM: Dispensa de Licitação nº 011/2023. FUNDAMENTO LEGAL: PAR. 24, II, do Art. 8º da Lei nº 8.666/93. ELEMENTOS DE DESPESA: R-24 e R-25. PRAZO DE EXECUÇÃO: 20 dias. DATA DA ASSINATURA: 08/10/2023 Assinam: Rogério Pereira dos Santos, pela Câmara, e Wilsen João Wilsen, pela empresa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.**

*Rajota e Voto Integral ao Projeto da Lei nº 214/2023*

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica regido o Voto Integral ao Projeto da Lei nº 214/2023, que dispõe sobre a instalação do sistema de emissão de licenças de atendimento nos órgãos da administração pública municipal e sobre a concessão de alvará.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2023.

**Mozel Gregolin**  
Presidente

**MUNICÍPIO DE SAUZEIRO DO SUL/ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO SAUZEIRO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2023**

preços praticados no Município de Saúde do Guapir, participante de Regimes e Associações de Saúde com o nº 13450207, de 14 novembro 2019, conforme condições, especificações, valores e quantidades de materiais constantes no Anexo I e nos termos do Edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as especificações:

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**

**ABERTURA:** Das 07h de outubro de 2020 às 14:00 horas.

**ATENDIMENTO DIFERENTE DO EDITAL:** Na Secretaria de Administração - Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saúde do Guapir, à Rua Flor Vitor Bensch, 708 - Centro - Saúde do Guapir, RS, telefone: 051 (341) 3314-1166 ou pelo site: <http://www.saudeborgoim.rs.gov.br/licitacoes.php>

Saúde do Guapir, 14 de outubro de 2020.

**MAURO CESAR CENZI**  
Prefeito Municipal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020-PMR**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tomo pública a Homologação do Pregão Eletrônico nº 016/2020- PMR. Objeto: a contratação de empresa para fornecimento de veículo para a Secretaria Municipal de Saúde, em favor da seguinte empresa:

**Open Veículos Ltda**, no valor total de R\$ 46.600,00 (quarenta e seis mil reais).

Renascença, 14 de outubro de 2020.

**LESSIR CANAN BORTOLI**  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE LEILÃO Nº 001/2020**

**MODALIDADE:** Leilão do tipo **MAIOR LANCE** por item.

**OBJETO:** **LEILÃO PÚBLICO DE BENS INTERVISTAS, OSELOS, RECUPERÁVEIS, AUDICIONÁRIOS, IRRUCUPÁVEIS (SUCCATA)**, conforme descrição contida no Anexo I do presente Edital.

**CREDECIMENTALIDADE:** das 06:30 às 09:30 do dia 05 de novembro de 2020, no Centro de Eventos Geraldo Giacomini, localizado no Lago Yara, no Município de Renascença, PR.

**INÍCIO LEILÃO:** às 09:31 do dia 05 de novembro de 2020, no Centro de Eventos Geraldo Giacomini, localizado no Lago Yara, no Município de Renascença, PR.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos poderão e deverão ser adquiridos somente na Prefeitura Municipal, no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, Fone (49) 3550-8333, Renascença, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente.

**INFORMAÇÕES:** Informações e esclarecimentos adicionais, no endereço e telefone acima citado.

Renascença, 14 de outubro de 2020.

[illegible]





**LEI Nº 5.610, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

**Art. 3º** Visando à implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na legislação orçamentária do Município, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 4º** Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organismos estaduais ou federais para a consecução dos fins visados por esta Lei.

**Art. 5º** A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 19 de outubro de 2020.

  
**Moacir Gregolin**  
Presidente





Ofício nº 674/2020-DL

Pato Branco, 19 de outubro de 2020.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia da **LEI Nº 5.610, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020**, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público, promulgada pelo Presidente da Câmara, Vereador Moacir Gregolin.

Respeitosamente.

**Moacir Gregolin**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Augustinho Zucchi**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)



---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

---



**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**  
**LEI Nº 5.610, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

**O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

**Art. 3º** Visando à implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na legislação orçamentária do Município, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 4º** Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organismos estaduais ou federais para a consecução dos fins visados por esta Lei.

**Art. 5º** A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco,  
em 19 de outubro de 2020.

**MOACIR GREGOLIN**  
Presidente

**Publicado por:**  
Eliana Scariot Amorim  
**Código Identificador:52EE8D0E**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/10/2020. Edição 2120  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



# Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7748 | Pato Branco, 20 de outubro de 2020

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PATO BRANCO-PB

LEONARDO LUIZ SELBACH - OFICIAL TITULAR

## EDITAL DE LOTAMENTO

**LEONARDO LUIZ SELBACH**, Oficial Titular do 2º Serviço de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco/PB, 1242-PLU/01, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto nos arts. 19 da Lei nº 675/79, que SCAEAREGULT INQCORPORACORA LOTIA Capta R\$ 675 903/001-77, resolveu, nos termos do art. 18 da Lei nº 675/79, o registro de loteamento do imóvel matriculado sob nº 155-68, situado na Lotação Serventia Regional, com a área total de 34.594,00m², através do Edital nº 137, na Flavia Unio do Município de Pato Branco/PB, denominado **LOTAMENTO SCARABELLO I**, tendo sido o primeiro arrematado pela Prefeitura de Pato Branco - PB, na forma do Edital nº 207/2020, no dia 12/10/2020, com valor mínimo de \$456.000,00 e da Carta de Arquivamento de Loteamento nº 04/2021, de 28/09/2021, com promissória da arrematação pela municipalidade em 15/05/2020, conforme Edital nº 55/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Pato Branco/PB, 6-4-Ar, sua homologação pelo Juiz Quarta 1793 em 11/05/21, sendo o Edital publicado por 12 vezes e 6 675 344-24, composta para Área de Faveleização de Recursos Hídricos (AFRRH). Quarta 2196, com 4238,00m², composta por 10 lotes. Quarta 275, com 154,68m², composta por 12 lotes e Quarta 1747, com 4514,00m², composta por 12 lotes. Áreas totalizadas pelas quatro áreas: 8.542,68m² denominadas de Pto Juref Ferreira, Pua Hilda F. Scarabello, Pua Anabela Quaresma e Pua Julia Skornikoff. Os documentos apresentados em primeira instância nº 021.143, em 15/05/2020, e em segunda instância nº 021.143, em 2º Registro de Imóveis, são os A) Matrícula de Imóvel nº 501, dentro do Município de Pato Branco/PB, Tel. (41) 33245-140 e site www.pbri.com.br; B) Impropriedades daqueles que se julgaram prejudicados em relação ao referido loteamento devido aos aproveitamentos em prazo de 15 (quinze) dias contados, tendo que pelo COVID-19 o prazo foi adiado (30 dias contados) contados da última publicação deste Edital. Fim de prazo sem interrupção não feita mediante a informação na forma do art. 19, § 1º, da Lei nº 675/79. Dado e assinado na sede do Município de Pato Branco/PB, às 15h de 05 de Junho de 2021.

[SOLTA NÚM. ASSINADO]

**LEONARDO LUIZ SELBACH**

OFICIAL TITULAR

2º Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PB, Av. Brasil, n. 958, Pato Branco/PB, Cep 55501-007

Pega certidão e verifique os documentos para o seu registro em: [www.pbri.com.br](http://www.pbri.com.br)

**SÔ QUÊM REGISTRÁ É DONO!**

[illegible][illegible]

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVACÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**  
**ORFINAR COMÉRCIO DE CARNES LTDA**, torna público que irá requerer junto ao IAT a Renovação de Licença de Operação para a atividade de abate e corte de bovinos, instalada na Linha 13 de acesso s/n, Município de Itapejara d'Oeste-PR.

**LAVOURA OESTE PARTICIPAÇÕES S/A**  
**CNPJ/MF 30.293.313/0001-45**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

LAVOURA OESTE PARTICIPAÇÕES S/A, nos termos dos artigos 174 e 137 da Lei das Sociedades Anônimas e artigo 26 do seu Estatuto Social, convoca seus acionistas para a realização da 2ª Assembleia Geral Ordinária e 2ª Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 29 de outubro de 2010 às 16:00h (dezesseis horas), na Rua Guarani, 760, Centro, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.501-035, para fins de deliberação sobre a seguinte ordem do dia:

- 1. Em Assembleia Geral Ordinária:**
  - a) Aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras findadas em 31/12/2010;
  - b) Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2010, 2011 e 2012, promovendo a investidura de posse.
- 2. Em Assembleia Geral Extraordinária:**
  - a) Alterar e consolidar o estatuto social, a respeito de alteração dos regras de representação da sociedade;
  - b) Deliberar sobre a forma de remuneração dos membros da Administração

Pato Branco PR, 15 de Outubro de 2010

Andreia Cristine Paranaíba  
Presidente do Conselho de Administração

**LAVOURA INDUSTRIA COMÉRCIO GÊS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**CNPJ Nº 79.851.192/0001-08**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

LAVOURA INDUSTRIA COMÉRCIO GÊS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei das Sociedades Anônimas e artigo 27 de seu Estatuto Social, convoca seus acionistas para a realização da 53ª Assembleia Geral Ordinária e 93ª Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23 de outubro de 2020 às 14:00 (quatorze horas), na Rua Guarani, 760, Centro, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.501-035, para fins de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Em Assembleia Geral Ordinária:
  - Apurar as contas da administração e as demonstrações financeiras findadas em 31/12/2019;
  - Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2020, 2021 e 2022, promovendo a investidura e posse;
- Em Assembleia Geral Extraordinária:
  - Abrir-se para a constituição de um novo estatuto social, a respeito de alteração das regras de representação da sociedade;
  - Deliberar sobre a forma de remuneração dos membros da Administração

Pato Branco PR, 15 de Outubro de 2020

Andrea Cristine Fianzanello  
 Presidente do Conselho de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**LEI Nº 5.613, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.**

Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento aos órgãos de administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

O Presidente da Câmara Municipal de Paço Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos de Administração Pública Municipal de Paço Branco, onde houver atendimento ao público.

**Art. 2º** As senhas serão controladas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos.

**Art. 3º** Quando a implementação da medida prevista no art. 1º, o Chefe do Poder Executivo promoverá as alterações que se fizerem necessárias na Legislação ordinária do Município em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 12/2000.

**Art. 4º** Havendo interesse, a municipalidade poderá firmar convênios ou termos de cooperação com organizações estaduais ou federais para a construção das unidades previstas em Lei.

**Art. 5º** A administração municipal deverá implementar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor prazo temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a promulgação da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlos Antonio Piazolo - DEM

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Paço Branco, em 19 de outubro de 2023.

*Manoel Francisco*

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 73/2020**  
**OBJETO** Implantação de Registro de Preços para futura, eventual e fracionada aquisição de novos extintores, recargas e seus acessórios, aquisição e instalação de placas de identificação, para atender as necessidades de todas as Secretarias, Entidades e Departamentos da Administração Municipal e ADJUDICO seu objeto para as empresas **EXTINTEX EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 17.838.218/0001-12, com o valor total de R\$ 2.116,00 (dois mil cento e dezesseis reais), **FR INDUSTRIA E COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 12.118.086.0001-30, com o valor total de R\$ 32.740,00 (trinta e dois mil setecentos e quarenta reais), **JM EXTINTORES CAÇADOR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 22.827.746.0001-06, com o valor total de R\$ 25.508,00 (vinte e cinco mil quinhentos e oito reais e sessenta centavos) e **SUL BRASIL COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 22.175.110.0001-27, com o valor total de R\$ 96.828,00. Pato Branco, 15 de outubro de 2020. Augustinho Zucchi - PREFEITO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**PORTARIA Nº 46, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.**

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

Considerando a disposição contida na alínea "a", do inciso XXX, do artigo 31 da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno);

Considerando a disposição contida nos incisos I e III, do art. 6º da Lei nº 4.637, de 28 de junho de 2013;

Considerando o resultado da avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação de Desempenho, transmitida pela Portaria nº 35 de 11 de setembro de 2020, relativa ao período de 13 de outubro de 2018 a 12 de outubro de 2020;

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio da Nota Técnica nº 09/2020, de 20 de agosto de 2020, orienta no sentido da validade da progressão salarial em virtude de avaliação funcional;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Considerar promoção diagonal à servidora **Lúcia Córdova Meirelles**, ocupante do cargo de Agente de Apoio, matriculada sob o nº 1162-2.1, passando da Classe 1 - Nível 17, para a Classe 1 - Nível 22;

**Art. 2º** Considerar promoção diagonal ao servidor **Luciano Behrman**, ocupante do cargo de Procurador Legislativo, matriculado sob o nº 1163-6.1, passando da Classe 13 - Nível 18, para a Classe 13 - Nível 23;

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2020.

Gabinete da Presidência, aos 16 dias do mês de outubro de 2020.

**Moscir Gregolin**  
Presidente

*\*Republicado por erro material*

**MUNICÍPIO DE SAÚDE DO IGAÇU – ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: PPF- LICITAÇÃO NA MODALIDADE**  
**ESPECIFICAÇÃO Nº 009/2020**

Tendo em vista o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP nº 07/2020, de 05 de outubro de 2020, com abertura e julgamento em 19 de outubro de 2020, e verificada que não houve interposição recursal, eu Gláucia Polazzari, Pregadora, designada para o dia 05/10/2020, e ADJUDICAÇÃO e habilitação constantes das seguintes itens, da Precedente Licitação-Modalidade Pregão Presencial nº 07/2020 para Registro de Preços, em Empresas, que apresentaram os menores preços, respectivamente conforme segue: WAGNER FLORES FERREIRA, CNPJ Nº 17.378.373/0001-65. LOTE: 01. Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42. Subjete do Igaçu da 19 de outubro de 2020, Gláucia Polazzari, Pregadora.

**HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o parecer jurídico e o ADJUDICAÇÃO da Pregadora, que apura o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 07/2020- SRP, de 05/10/2020, com abertura e julgamento em 19/10/2020 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cesar Cezar Freireto Municipal, Pregador, designado para o dia 05/10/2020, e ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa WAGNER FLORES FERREIRA, CNPJ Nº 17.378.373/0001-65. Gabinete do Prefeita Municipal de Saúde do Igaçu, Fp. 19 de outubro de 2020. MAURO CESAR CESAR FREIRETO MUNICIPAL.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020. ATA Nº 130/2020 - WAGNER FLORES FERREIRA, CNPJ Nº 17.378.373/0001-65**

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/imp/>, edição de 07/10/2020, conforme Autorização Nº 1358, de 19 de Agosto de 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 08/2020**

O Município de São João torna público que fará realizar, às 14:00 horas do dia 07 de dezembro do ano de 2020, na Avenida XV de Novembro n° 160 em São João, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Centro	Urbanização de via	5.479,94 m²	150 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, editais e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail [licitacao@sj.az.gov.br](mailto:licitacao@sj.az.gov.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados. Telefone (46) - 3533-8300.

São João, 19 de outubro de 2020

Altair José Gasparetto -  
Prefeito Municipal de São João

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 70/2020**  
**OBJETO:** implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de baterias automotivas, à base de troca, novas, sem uso anterior e com instalação inclusa, para os veículos linha leve, média e pesada, motocicletas, máquinas agrícolas e equipamentos rodoviários, atendendo as necessidades da administração municipal, para as empresas: **BRUNO TORTELLI MULLER BATERIAS - FPP**, inscrita no CNPJ nº 17.173.113-00001-19, com o valor total de R\$ 19.549,50, **DIRECU ANTONIO LASTA - ME**, inscrita no CNPJ nº 18.391.241/0001-74, com o valor total de R\$ 12.647,50, **POLAZZO & POLAZZO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 08.333.480/0001-14, com o valor total de R\$ 61.839,45 e **TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - FPP**, inscrita no CNPJ nº 04.983.112/0001-60, com o valor total de R\$ 3.465,60. Pato Branco, 15 de Outubro de 2020. **Augustinho Zucchi - PREFEITO**





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## **PLO 214/2018 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:** Dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público.

(O Chefe do Poder Executivo promoverá a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da Administração Pública Municipal de Pato Branco, onde houver atendimento ao público. As senhas serão distribuídas aos usuários que aguardam atendimento na recepção dos órgãos públicos. A administração municipal deverá implantar o sistema previsto nesta lei, de forma continuada, visando sua implantação no menor lapso temporal possível, devendo iniciar em até 90 (noventa) dias após a partir da publicação da presente lei)

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo – DEM

**Data de entrada:** 21 de dezembro de 2018

**Leitura em Plenário:** 4 de fevereiro de 2019

### **Comissão de Justiça e Redação**

**Distribuído em:** 4 de fevereiro de 2019

**Relator:** Rodrigo José Correia - Podemos

**Solicitado Parecer Jurídico em:** 22 de outubro de 2019

**Emitido em:** 23 de julho de 2020

**Redistribuído em:** 24 de julho de 2020

**Relatora:** Marines Boff Gerhardt - PSDB

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 27 de julho de 2020

### **Comissão de Políticas Públicas**

**Distribuído em:** 28 de julho de 2020

**Relator:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 6 de agosto de 2020

### **Comissão de Orçamento e Finanças**

**Distribuído em:** 6 de agosto de 2020

**Relator:** Vilmar Maccari - Podemos

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 13 de agosto de 2020

## **VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 17 de agosto de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 19 de agosto de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 496/2020/DL, datado de 20 de agosto de 2020.



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná



VETO INTEGRAL: Ofício nº 212/2020/GP, datado de 11 de setembro de 2020.

**PROMULGAÇÃO:** Decreto Legislativo nº 4, de 14 de outubro de 2020, rejeitando o veto integral ao projeto de lei nº 214/2018.

**PUBLICAÇÃO:** Publicado na página B5 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7745, de 15 de outubro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/10/2020. Edição nº 2117.

INFORMADO O EXECUTIVO EM: Ofício nº 668/2020/DL, de 14 de outubro de 2020.

**PROMULGAÇÃO:** Lei nº 5610, de 19 de outubro de 2020. Promulgada pelo Presidente Moacir Gregolin.

**PUBLICAÇÃO:** Publicada na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7748, de 20 de outubro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 20/10/2020. Edição nº 2120.